



SUMÁRIO

Prefácio – ALAOR LEITE	9
Agradecimentos	11
Abreviaturas	13
Introdução	21
1. Exposição do problema – a atuação conforme a prévio parecer técnico ou jurídico	25
1.1. Contexto do presente estudo: a realidade <i>da</i> empresa e a criminalidade <i>de</i> empresa	25
1.2. Definindo conceitos: empresa, empresário, consultoria, assessoria, parecerista, parecer técnico e parecer jurídico	35
1.3. Casos práticos	37
1.4. A necessidade da atuação conforme a parecer técnico e jurídico: a presença de três protagonistas	44
1.5. Panorama do enfrentamento do problema desta pesquisa nas decisões dos Tribunais brasileiros	48
1.6. Resultados parciais	59
2. Desafios para a imputação de responsabilidade penal quando há fragmentação de condutas e filtragem da informação	61
2.1. A fragmentação de condutas e a filtragem da informação como marcas da atuação conforme a parecer técnico ou jurídico	61
2.2. Algumas dificuldades impostas à teoria do delito para além da imputação individual: aspectos objetivos e subjetivos	65





2.3. Algumas propostas dogmáticas e estratégicas para a superação dessas dificuldades	71
2.4. Balanço: a capacidade de rendimento do modelo clássico de imputação de responsabilidade individual no âmbito empresarial	75
2.5. Resultados parciais	80
3. Análise do problema a partir de quem atua conforme a parecer técnico ou jurídico	83
3.1. Qualidades do sujeito que solicita a informação	84
3.2. O dever de informar-se.....	84
3.2.1. A necessidade de se informar antes de decidir atuar	87
3.2.2. Situações que fazem surgir o dever concreto de buscar a informação.....	92
3.2.3. Limites ao cumprimento do dever de informação	96
a) A qualidade da fonte da informação técnica ou jurídica ..	99
b) A qualidade da informação técnica ou jurídica recebida..	110
c) Os casos de tomada instantânea da decisão e de dúvida insuperável	115
3.2.4. Alcance do dever de informação e seu impacto na teoria do delito.....	120
3.3. Ação e omissão de quem atua conforme a determinado parecer técnico ou jurídico	126
3.4. A criação, o incremento e a diminuição de riscos deste sujeito	131
3.5. A posição de garantidor de quem atua conforme a parecer técnico ou jurídico: a esfera de proteção e vigilância do bem jurídico	139
3.6. O dolo e o erro de quem toma a decisão embasado em parecer técnico ou jurídico	151
3.7. Definindo os papéis deste sujeito: a autoria e a participação delitivas	161
3.8. Resultados parciais	176





4. Análise do problema a partir de quem repassa a informação técnica ou jurídica	181
4.1. Qualidades do sujeito que transmite a informação	182
4.2. O dever de informar	182
4.2.1. O dever de transmitir uma informação confiável	184
4.2.2. Limites ao cumprimento do dever de informar	186
a) A confiabilidade da fonte da informação técnica ou jurídica	187
b) A qualidade da informação técnica ou jurídica transmitida	192
4.2.3. Alcance do dever de transmitir uma informação confiável e seu impacto na teoria do delito	201
4.3. Ação e omissão de quem repassa a informação técnica ou jurídica.....	205
4.4. A criação, o incremento e a diminuição de riscos do parecerista ou do consultor	208
4.4.1. Omissões no parecer técnico ou jurídico e a sua contribuição causal para o resultado lesivo	222
4.4.2. A delegação da análise de riscos e a relevância penal do domínio da informação	225
4.5. O dolo e o erro de quem transmite informação técnica ou juridicamente qualificada.....	229
4.6. Definindo os papéis do especialista interveniente: a autoria e a participação delitivas	234
4.7. Resultados parciais	237
5. Resolução dos casos iniciais propostos.....	241
Conclusões	255
Referências bibliográficas	261

